



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

11299 - Resumo Expandido - Trabalho - 4ª Reunião Científica da ANPEd Norte (2022)

ISSN: 2595-7945

GT 09 -Trabalho e Educação, Ensino Médio e Ed. Técnica e Tecnológica

RESSIGNIFICAÇÃO DAS REIVINDICAÇÕES DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO PELO CAPITAL

Arminda Rachel Botelho Mourão - UFAM - Universidade Federal do Amazonas

Agência e/ou Instituição Financiadora: FAPEAM

Introdução

O objetivo do trabalho é analisar a resignificação pelo capital das palavras de ordem cunhadas pelo movimento dos trabalhadores em educação. Partimos dos processos de reestruturação produtiva implementados pelo capital para responder as crises de acumulação e entender as modificações que ocorrem no mundo do trabalho e que se expandem para a sociedade em geral. Trabalhamos também com as reivindicações do movimento dos trabalhadores em educação e como os processos de reestruturação produtiva interferem na força do trabalho.

As questões norteadoras são: Como os processos de reestruturação produtiva modificam as relações que ocorrem no trabalho e na sociedade civil? Quais as reivindicações existentes nos movimentos dos trabalhadores em educação que foram resignificadas pelo capital? Quais os principais argumentos utilizados pelo capital para que este processo ocorra?

Metodologia

O método que elegemos foi o materialismo histórico e dialético visto que é uma epistemologia que tem como ponto central o trabalho, entendido como ação do homem no mundo, essa atuação faz com que haja uma modificação neste mundo e, conseqüentemente alteração nas relações sociais que se estabelecem e, com isto os homens também se redimensionam, construindo suas individualidades e identidades (MARX, 2004).

Partimos do empírico devido a materialidade da vida, para elaborar no pensamento a síntese das múltiplas relações, é o concreto pensado de Kosik (1967). Segundo Netto (2009, p. 6) é fundamental entender que o (a) pesquisador (a) ao reproduzir no plano do pensamento

o movimento que ocorre na vida está teorizando, demonstrando que o papel do sujeito é sobretudo analisar a matéria em seus pormenores e em movimento.

Analisamos os documentos produzidos pelo Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado do Amazonas e da Confederação Nacional dos Trabalhos em Educação, Leis e decretos emitidos pelo Governo Federal, Estadual e Municipal. Fizemos também uma ampla revisão da literatura, além de fazer levantamento do Estado da Arte sobre o movimento sindical. As categorias de análise são totalidade, contradição, mediação e ideologia, surgindo na pesquisa outras categorias que foram analisadas na medida em que se apresentam no processo de comunicação da pesquisa, tais como: gestão democrática, valorização do magistério, qualidade socialmente referenciada.

A Reestruturação Produtiva e as modificações no mundo do trabalho e na sociedade

Baseado em Marx, Amin (1977) se referia que na década de 1970 que o capitalismo passa sempre por crise estruturais que vão sendo superadas a medida em que o sistema se expande, renovando o modelo de acumulação. Deste modo há sempre uma reestruturação da produção levando as mudanças nas relações de produção. O desenvolvimento das forças produtivas leva sempre ao “ajustamento das relações de produção”.

O autor afirma que ocorreram no decorrer da história fases de expansão e fases de crise. Para sua expansão o capitalismo apresenta um tipo de indústria e, também formas da organização do trabalho que vão se adaptando às exigências da acumulação do capital. Porém sempre ocorre diminuição do processo de acumulação que leva às crises cíclicas por que passa o sistema é então necessário reestruturar o processo. Assim, é fundamental sempre se reestruturar e, conseqüentemente, a sociedade e as instituições que a compõem modificam-se.

O processo de reestruturação produtiva iniciado na década de 1970, modifica as formas de organização do trabalho. Mourão (2006) assevera que o trabalho no chão da fábrica passa a organizar-se mais coletivamente, o capitalista repassa ao trabalhador determinadas responsabilidades, vai implementar concepções que apontam para processos de fabricação mais autônomos, nos quais a responsabilidade aumenta, com isto desde a contratação até a dispensa o capitalista busca envolver os trabalhadores. Se no fordismo o envolvimento era trazer a família do trabalhador para conviver com os processos fabris em sua folga, mantê-lo sempre próximo ao local de trabalho, hoje o envolvimento se dá no convencimento que é o trabalhador que constrói o seu percurso de trabalho.

Atualmente fala-se em construir a empregabilidade, que significa que existem empregos, mas estes não estão ocupados pois os trabalhadores não apresentam formação para tal. A nomenclatura mudou, antes falávamos de emprego, hoje falamos de emprego e renda, ou seja, o trabalhador ao construir processos de empregabilidade fomenta uma renda pela autonomia de seu trabalho. O Estado vai tirando de si a responsabilidade de fomentar políticas que implementem postos de trabalho, passando assim a responsabilidade para os trabalhadores.

Verificamos que existem mudanças no mundo do trabalho que implementam transformação nas instituições, é o Estado que primeiro faz alterações, o capital passa a propagandear que os serviços que são públicos esgotam a capacidade do Estado e estes devem necessariamente ser repassados para o privado. Assim há todo um arcabouço de propaganda que irradia que o público não presta. Nesta perspectiva as reformas são anunciadas com o argumento que o Estado precisa ser mais ágil.

O processo de globalização ao impelir as novas formas de produção vai alastrar o uso das tecnologias de informação, há com isto a interligação das empresas em rede (CASTELL, 2001). Os novos processos tecnológicos vão permitir a flexibilização das relações de produção e, com isto, o contrato fordista tem que ser revisto, novos pactos levam a novas formas de articular as funções do Estado. Há uma reconstrução no plano da ideologia, da política, da economia (ALVES, 2001) de novas formas de gestão do Estado.

Segundo Almeida (2001) a crise do Estado para os capitalistas pode ser superada a medida em que o capital finca a ideia que é preciso equacionar a questão fiscal a partir do fortalecimento do mercado em detrimento do público, além de criar novos mecanismos de políticas públicas, enfatizando que o aparato administrativo tinha que necessariamente ser remodelado. É construída paulatinamente a nova noção do público, propugnam que o público não precisa necessariamente ser estatal, enfatizando que todos os espaços que oferecem serviços são públicos e, para gerir os recursos são criadas novas formas de administrar, são os chamados contratos de gestão.

Além disto, as formas de organização dos trabalhadores também se modificam, de forma que as lutas que eram coletivas, passam a ser de frações. Há uma segmentação do movimento que torna cada vez mais difícil projetos coletivos. É uma enxurrada de reformas: Reforma Administrativa, Reforma da Previdência, Reforma Trabalhista, Reforma Sindical, Reforma Educacional, Reforma Universitária. Na atualidade a Constituição elaborada no consenso social está toda retaliada e os direitos estão sendo subtraídos.

A apropriação das reivindicações pelo capital – luta ideológica intensa

Historicamente os trabalhadores em educação têm reivindicado Educação de Qualidade, Gestão Democrática, Salários dignos, Condições de Trabalho, Carreira e Formação. A Valorização do Magistério segundo a CNTE (Confederação dos Trabalhadores em Educação) tem os seguintes pilares: Salário, Carreira, Formação e Condições de Trabalho.

Todas as transformações que ocorrem no mundo do trabalho se expandem para toda sociedade, apesar da resistência do movimento para manter a Educação Pública várias ações têm trazido para o seio do movimento uma desestabilização e apatia. O Estado traz propostas que acabam por confundir o trabalhador, tais como a Gestão Democrática e a Qualidade da Educação.

Gestão Democrática

Albuquerque (2012, p. 39) coloca que os principais eixos de luta referentes a Gestão democrática são: Eleição dos diretores nas escolas públicas; diferença salarial entre o diretor e os professores; participação nos conselhos escolares; centralização e descentralização nos sistemas de ensino; projeto político pedagógico; autonomia e democracia.

No que se refere as eleições para diretor no Amazonas em 1985 foi conquistado o direito da escolha dos dirigentes das Escolas da Rede Estadual de Ensino. Em 1986 ocorreu uma greve e foi dado a ordem para que esses diretores dessem falta aos grevistas, o que foi feito, apenas a Diretora do Instituto Benjamin Constant não o fez. O diretor do IEA mandou falta para todos os professores inclusive ele, o que não foi aceito pelo governador pois naquela escola tinham vários professores conservadores que eram aliados do Governador Gilberto Mestrinho.

Outra experiência vivida em Manaus foi na época do Prefeito Serafim Correa (PSB), ele instituiu PROSED — a avaliação para a escolha de diretores de escola. Os candidatos submetiam-se a uma prova e, posteriormente eram indicados pelo Secretário de Educação para a Gestão das Escolas. Para o poder a boa gestão seria técnica, para o movimento seria uma função técnico-política.

Verificamos que o processo de escolha dos diretores sempre esteve comprometido com a questão do poder, sempre ligados a indicação do governante. Assim o termo gestão democrático é subtraído pelos governantes que acabam comprometendo o real significado da expressão.

Já que não é só a eleição que garante a democracia, a participação nos conselhos também é primordial, sendo necessário que a comunidade indique seu representante, além disto construir o Projeto Político Pedagógico das escolas requer um processo que engloba a comunidade como todo. As escolas pesquisadas têm seu PPP, porém estes não foram construídos pela comunidade, geralmente o gestor apresenta a proposta que é aprovada sem discussão.

Na pesquisa “O cotidiano escolar construindo novas representações” trabalhamos o tripé ensino, pesquisa e extensão. Levamos para a escola a proposta de elaborar coletivamente o PPP. Conseguimos convencer a comunidade que era necessário que o coletivo discutisse a proposta, conseguimos elaborar o diagnóstico da escola, ou seja, desvendamos a escola que tínhamos para chegar a proposta da escola que queremos. Fizemos pesquisa com os professores, com os alunos e com os pais. Quando fomos para a fase de sistematização da proposta o diretor foi substituído, foi uma confusão na escola. Mas o fato se deu porque no processo de escolha de diretor tinha o momento da avaliação e o gestor foi avaliado abaixo da média pela comunidade.

O motivo desta avaliação foi uma fossa que vivia entupindo, prejudicando os processos de ensino aprendizagem. O diretor fez de tudo, foi a SEMED, solicitou providências e nada foi feito e, por isso, foi mal avaliado. Esse é um outro problema

enfrentado pelas escolas, o processo de autonomia até aquele momento não englobava autonomia financeira e, por isso, a resolução do problema não cabia ao gestor. Foi mandado um outro gestor que os professores rejeitaram, este acabou desistindo. Nomearam uma terceira pessoa, neste espaço de tempo, a escola que tinha apenas o primeiro segmento do ensino fundamental, passou a englobar o segundo segmento. Com isto todo o processo ficou comprometido.

Analisamos que há descontinuidade no processo de gestão, com isso as rupturas são constantes. A autonomia e a democracia são postergadas, a gestão coletiva fica impossibilitada de consolidar-se. Há ruptura das discussões, e o processo ensino/aprendizagem que é técnico e político fica a cargo dos professores e professores individualmente.

O termo gestão democrática acaba por ser engolido pelos governantes quando há discrepância entre o salário do diretor e dos demais professores, este é um mecanismo poderoso de cooptação que foi instituído no seio da escola. Há um real esvaziamento da possibilidade de uma administração coletiva quando é suprimido do cotidiano os espaços democráticos de decisão.

A qualidade em educação

Significados do que seja competência vão aos poucos sendo suprimidos das escolas e da sociedade devido aos processos de reestruturação produtiva. Competência era entendida como possibilidades de construir habilidades psicossociais, Hoje competência e qualidade têm outra conotação. A qualidade em educação é aferida pelos resultados, assim como competência aponta para capacidade individual dos sujeitos em construir processos de empregabilidade (MOURÃO, 2006).

Zarifian (1990) afirma que na atualidade existe uma nova produtividade, pois vivemos em uma sociedade pós-econômica na qual só existe o valor de uso, o valor de troca foi ultrapassado, já que há a emergência de um modelo de serviços (ZARIFIAN, 2002). O autor afirma que a competência escrita no singular é atribuída a organização a qual é competente pois permite a construção de competências (no plural) de seus trabalhadores. Questionamos esta afirmativa por entender que não existe uma sociedade pós-econômica, pois o capitalismo está cada vez mais forte e globalizado, em que pese os processos críticos que a crise constrói.

Quando o modelo de competência substitui a qualificação traz em seu cerne uma nova lógica que derruba o estatuto dos direitos, acaba com os sindicatos, pois aponta para a construção de processos que prioriza o individual. A luta entre o capital e trabalho agudiza-se, embora a metamorfose engendrada pelo capital camufle os processos de violência e expropriação.

Considerações finais

Observamos que o enfrentamento entre o capital e o trabalho se dá no plano político, econômico e ideológico (LENIN, 2017). Priorizamos neste artigo a questão ideológica, demonstramos que o capital adentra no mundo do trabalho, ressignifica conceitos e coopta a classe que vive do trabalho para suas propostas. Na área da Educação a Gestão Democrática e a qualidade da Educação são expressões que para o trabalho tem um significado e para o capital outro. É necessário traçar estratégias que levem ao desvendar dos conceitos para garantir o processo democrático nas escolas, fazendo que o processo educacional seja de qualidade socialmente referenciada.

Referências

ALBUQUERQUE, A. E. M de. **O princípio da gestão democrática na educação**. Brasília: Liber; Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, 2012.

ALMEIDA, Carlos A.G. de. **A Política Nacional de Capacitação dos servidores: possível instrumento de gestão empresarial nas Instituições de Ensino Superior?** São Paulo: PUC, 2001 (Dissertação de Mestrado).

ALVES, Giovanni. **Trabalho e a mundialização do Capital: a nova degradação do Trabalho na era da Globalização**. Londrina: Práxis, 2001.

AMIN, Samir. **A crise do imperialismo**. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

CASTELL, Manoel. **A Sociedade em Rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

KOSÍK, K. **Dialéctica de lo concreto: Estudio sobre los problemas del hombre y el mundo**. México: Grijalbo, 1967.

LENIN, I. **Que fazer**. São Paulo: Seara Vermelha, 2017

MARX, K. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MOURÃO, A. R.B. **A fábrica como espaço educativo**. São Paulo: Scorteci, 2006.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao método da teoria social**. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, p. 668-700, 2009.

ZARIFIAN, P. **La Sociéte post-économique**. Paris: L' Harmattan, 1990

_____. **Objetivo competência: por uma nova lógica**. São Paulo: Atlas, 2001.

LENIN, I. **O que fazer?** São Paulo: Hucitec, 1978.